



Clima exige adaptação do mercado

Seguradoras buscam alternativas, como o Seguro Social de Catástrofe para tragédias ambientais como a que ocorreu no Sul do Brasil. Projeto que tramita no Congresso prevê auxílio emergencial para famílias afetadas por enchentes

» RAFAELA GONÇALVES

A tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul, entre os meses de abril e maio, deixou imagens que jamais serão esquecidas. As tempestades e o aumento do volume dos rios deixaram cidades inteiras encobertas pela água por vários dias, com perdas difíceis de serem contabilizadas. Diante do cenário de aumento das catástrofes climáticas, o fortalecimento do mercado de seguros se mostrou essencial para a resiliência econômica e a proteção das comunidades.

Com a crescente frequência e intensidade de eventos extremos, as perdas econômicas podem ser substanciais, afetando não apenas indivíduos e empresas, mas também a estabilidade financeira de regiões inteiras. De acordo com o último Boletim de Desastres, divulgado na semana passada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), de 14 de junho, os prejuízos financeiros chegaram a R\$ 12,2 bilhões e o setor habitacional foi o mais prejudicado pelas enchentes, com impacto de R\$ 4,7 bilhões. Até o momento, 110,9 mil unidades foram danificadas ou destruídas.

“Ainda estou em estado de choque, sem saber o que fazer, e tentando retornar a vida normalmente”, relata o servidor público aposentado Alcides Barcellos, 75 anos, que teve sua residência e veículo completamente destruídos pelas chuvas no bairro de Farrapos, em Porto Alegre, próximo ao Aeroporto Salgado Filho, que ainda não tem data certa para a retomada das operações. “O imóvel continua de pé, mas eu perdi tudo que tinha. Meu bairro ficou completamente alagado e ainda estou fora de casa, aguardando para receber a indenização pelo carro, que tinha seguro, para tentar recomeçar”, lamenta.

O aposentado Gilberto Pinheiro, de 73 anos, também morador de Porto Alegre, deparou-se com uma situação jamais vista em toda sua vida. “Além da casa destruída, tive muitas perdas: móveis, todos os eletrodomésticos e ferramentas elétricas. Consegui salvar alguma coisa, pois minha casa é de dois pisos, mas a água subiu muito rápido. Nas chuvas anteriores, eu não havia sido atingido, pois não chegou até a minha região”, conta.

Gilberto, que também perdeu seu automóvel, já recebeu uma indenização pelo veículo e é com esse valor que ele tenta aos poucos agora recuperar os outros bens. “Seguro eu só tinha mesmo o do carro, pois ninguém esperava por um dilúvio dessa dimensão. Só para se ter uma noção, a minha casa não fica nas regiões mais baixas do bairro e a água subiu três metros. Eu já recebi a indenização pelo carro, que vai me ajudar com algo muito importante. Apesar da decepção pelas perdas, terei, pelo menos, um pouco mais de tranquilidade para poder pensar com calma”, afirma.

As enchentes no Sul do país já somaram R\$ 1,673 bilhão em indenizações que serão pagas aos clientes. O dado preliminar foi estimado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), que acredita que será o maior sinistro já enfrentado pelas seguradoras no país. O maior impacto, por enquanto, vem das apólices de automóveis. São 8.216 sinistros acionados, que somam um custo estimado em R\$ 557,4 milhões. O maior número de ocorrências informadas, porém, é nos seguros residenciais e habitacionais, com 11.396 sinistros, com um custo potencial de R\$ 239,2 milhões.

O cenário é desafiador no país, diante de uma baixa proteção. Segundo o presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira, embora o Rio Grande do Sul seja um estado com uma cultura de seguros acima da média do Brasil, o seguro

Ocorrências de desastres

Brasil bateu recorde de ocorrências de desastres hidrológicos e geo-hidrológicos em 2023

Foram registrados **1.161** eventos de desastres no ano passado;

716 ocorrências foram associadas a eventos hidrológicos, como transbordamento de rios;

Outras **445** foram de origem geológica, como deslizamentos de terra.

Habitação

Desabrigados: **74.787**

Desalojados: **524.863**

Danos materiais

Em R\$ bilhões

Obras de infraestrutura pública: **R\$ 2,87**

Instalações públicas: **R\$ 0,31**

Unidades habitacionais: **R\$ 1,92**

Prejuízos econômicos

Em R\$ bilhões

Privados: **R\$ 13,64**

Públicos: **R\$ 11,26**

No mundo, as perdas econômicas com essas catástrofes ocasionadas pelos eventos climáticos foram de **US\$ 269 bilhões** em 2023, dos quais **US\$ 260 bilhões** foram gerados por desastres naturais e **US\$ 9 bilhões** pela ação humana;

Desse volume de perdas, **US\$ 108 bilhões** estavam segurados e do total que contava com proteção, **US\$ 100 bilhões** correspondiam a sinistros causados pela emergência climática e **US\$ 8 bilhões** pela ação humana.

Rio Grande do Sul

Dados preliminares apontam que as enchentes já somaram **R\$1,673 bilhão** em indenizações. Setor estima que esse será o maior sinistro já enfrentado pelas seguradoras no país

Produtos	Quantidade	Valor (R\$)
Automóvel	8.216	557.429.463,64
Residencial + Habitacional	11.396	239.189.519,54
Agrícola	993	47.294.125,95
Grandes riscos	386	507.002.600,78
Outros	2.450	322.136.532,56
Total	23.441	1.673.052.242,48



Reprodução/Redes Sociais



Destruição da chuva no Rio Grande do Sul. Quem tinha seguro de carro, ao menos, conseguiu uma indenização pelas perdas do veículo

residencial, por exemplo, cobria pouco mais de 30% das casas da unidade federativa. “Certamente, se houvesse muito mais seguro no estado, muito mais rápido as pessoas conseguiriam reconstruir seus patrimônios, suas casas, suas lavouras e assim por diante. Mas, infelizmente, a cobertura não é muito grande”, ressalta. **(Leia a entrevista na pág. 8)**

Novo seguro

Diante do aumento das intempéries climáticas, o mercado de seguros apresentou à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) para a criação de um Seguro Social de Catástrofe, uma alternativa emergencial em casos como o que ocorreu no Sul do país. O projeto prevê direito à cobertura de bens e auxílio funeral decorrentes de eventos

naturais relacionados às catástrofes como chuvas, enxurradas e deslizamentos, sendo essas ocorrências reconhecidas como calamidade pública pela autoridade competente da localidade afetada.

A proposta da CNSeg quer alcançar todas as camadas sociais do país, e a estimativa é que o custo do produto fique em torno de R\$ 3 mensais. A intenção é que o valor seja descontado diretamente na conta de energia elétrica e seja obrigatório, como o Dpvat, (Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito).

A indenização prevista seria de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por residência afetada e transferida por meio do Pix de maneira automática ao segurado. O pagamento deve ocorrer já no primeiro dia útil subsequente à decretação do estado de calamidade. O texto do PL

também prevê cobertura adicional por morte no valor de R\$ 5 mil para cada vítima. “A ideia é que a gente traga algum alívio para essas pessoas. A sistemática de pagamento será simplificada a partir do decreto de calamidade pelo governo estadual e prefeituras, para que o pagamento seja realizado”, explica Oliveira.

O cidadão deve ter um prazo para escolher a empresa. Se não informar nenhuma, uma companhia será determinada automaticamente. Os contratos firmados com as seguradoras ficarão sob responsabilidade das concessionárias de energia elétrica e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão apontado no texto como o responsável pela fiscalização e pela regulamentação da modalidade de seguro.

Seguro Catástrofe

Projeto de lei entregue na Câmara dos Deputados prevê a criação de um seguro social para dar mais proteção para a população no caso de desastres naturais. Entenda:

■ **Objetivo:** O seguro catástrofe deve cobrir despesas emergenciais, garantindo um dinheiro extra, de uso livre, para que as pessoas possam se alojar, comprar comida, medicamento ou roupas, o que considerassem mais importante;

■ **Cobrança:** A ideia é que o produto seja obrigatório como o Dpvat. O seguro social seria incluído na conta de luz, com um valor entre de R\$ 3;

■ **Pagamento nos desastres:** Seria pago o valor de R\$ 15 mil por moradia se não houver mortes e de R\$ 20 mil caso haja alguma vítima fatal para cobrir despesas emergenciais;

■ **Seguradora:** O cidadão terá um prazo para escolher a empresa. Se não informar nenhuma, uma companhia será determinada;

■ **Quem terá direito:** Todos que tiverem a residência identificada pela Defesa Civil como atingida.

Tipos de seguro

Algumas modalidades mais populares que podem proteger bens em casos de efeitos extremos

Residencial e automóvel

O seguro residencial protege o imóvel e seu conteúdo contra diversos riscos, para proteção contra as consequências de desastres naturais, é necessária a contratação de coberturas adicionais, como de vendaval e granizo, alagamento e desmoronamento.

Pequenas empresas

O seguro empresarial tem por objetivo a proteção do patrimônio das empresas. A proteção contra riscos climáticos severos também pode ser feita com a contratação de coberturas adicionais.

Produtor rural

Uma das formas mais eficazes de transferir os riscos do agronegócio é por meio dos seguros rurais. Eles garantem ao produtor rural uma indenização financeira caso ocorra algum evento adverso que prejudique sua lavoura ou seu rebanho.

Fontes: MCTI, Swiss Re Institute e CNSeg.

como transbordamento de rios, e 445 de origem geológica, como deslizamentos de terra.

Com a tragédia no Sul do país, a expectativa é que esse recorde seja renovado em 2024. Segundo Daniel Caiche, professor de MBA na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em mudanças climáticas e mercado de carbono da Vega Agroambiental, setores sensíveis às variações enfrentam desafios significativos em um futuro em que eventos climáticos extremos serão cada vez mais frequentes e intensos. “O crescimento populacional, a urbanização desordenada e a inadequação das infraestruturas aumentam a vulnerabilidade a esses eventos climáticos”, destaca.

Os setores econômicos mais impactados pelos eventos extremos, de acordo com o especialista, incluem a agricultura e a infraestrutura. “Setores responsáveis pela produção de energia e alimentos, respondem por uma parcela significativa da produção econômica, além de serem estratégicos para a manutenção da nossa organização social.”

Um mercado de seguros robusto pode ajudar a mitigar esses impactos, oferecendo cobertura para danos materiais, interrupções de negócios e perdas agrícolas, entre outros. “Para atender a essa demanda crescente, as seguradoras precisam desenvolver produtos inovadores e acessíveis que atendam às necessidades específicas de diferentes setores vulneráveis, como agricultura, infraestrutura e habitação, especialmente para as populações mais vulneráveis e em áreas de alto risco”, avalia Caiche. Segundo ele, governos e órgãos reguladores também têm um papel vital a desempenhar, estabelecendo políticas que incentivem a resiliência financeira e a adaptação climática, e oferecendo subsídios ou incentivos fiscais para seguros em áreas de risco. “A colaboração entre o setor público e privado pode levar ao desenvolvimento de soluções de seguro mais eficazes e sustentáveis”, acrescenta.